

Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. - CART

*Informações Financeiras Intermediárias
Referentes ao Período de Seis Meses Findo
em 30 de Junho de 2014 Acompanhadas do
Relatório sobre Revisão de Informações
Trimestrais Intermediárias*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.
Bauru - SP

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBCTR2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 - “*Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1), aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2014, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações financeiras intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Revisão e auditoria dos valores correspondentes referentes às informações financeiras intermediárias do período de três e seis meses findos em 30 de junho de 2013 e do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013

As informações e os valores correspondentes às informações financeiras intermediárias dos períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2013, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente revisados por outros auditores independentes, que emitiram relatório sem ressalva, datado de 1 de agosto de 2013.

As informações e os valores correspondentes ao balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2013, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório sem ressalva, datado de 7 de março de 2014.

Rio de Janeiro, 11 de agosto de 2014


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ


Antonio Carlos Brandão de Sousa
Contador
CRC 1RJ 065.976/O-4

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 30 DE JUNHO DE 2014

(Em milhares de reais) - NÃO AUDITADO

<u>ATIVO</u>	<u>Nota</u>	<u>30/06/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	139.655	117.949
Aplicações financeiras		-	55.850
Créditos a receber	5	12.091	14.466
Estoques		466	532
Impostos a recuperar	6 (b)	3.019	5.507
Adiantamentos diversos		225	356
Despesas antecipadas		1.647	980
Partes relacionadas	11	791	605
Total do ativo circulante		<u>157.894</u>	<u>196.245</u>
NÃO CIRCULANTE			
Aplicações financeiras	4	91.569	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6 (a)	112.812	103.882
Depósitos judiciais		11.445	10.317
Imobilizado	7	14.827	16.000
Intangível	8	1.807.568	1.668.601
Outros		9	9
Total do ativo não circulante		<u>2.038.230</u>	<u>1.798.809</u>
TOTAL DO ATIVO		<u><u>2.196.124</u></u>	<u><u>1.995.054</u></u>
<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	9	81.330	81.916
Debêntures	9	25.360	1.821
Fornecedores		5.044	774
Salários e encargos sociais a recolher		4.682	2.987
Impostos e contribuições a recolher	6 (c)	2.861	3.501
Obrigações para direito de concessão	18.b	300	349
Partes relacionadas		-	1.595
Receita diferida	12	2.974	6.049
Provisões		363	1.686
Outros		2.326	3.468
Total do passivo circulante		<u>125.240</u>	<u>104.146</u>
NÃO CIRCULANTE			
Provisão de manutenção	21	46.018	33.444
Empréstimos e financiamentos	9	750.306	556.587
Debêntures	9	774.674	740.886
Partes relacionadas	11	1.595	-
Provisão para riscos	10	1.742	862
Receita diferida	12	46.765	47.742
Total do passivo não circulante		<u>1.621.100</u>	<u>1.379.521</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	13	715.000	715.000
Prejuízos acumulados		(265.216)	(203.613)
Total do patrimônio líquido		<u>449.784</u>	<u>511.387</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>2.196.124</u></u>	<u><u>1.995.054</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O
TRIMESTRE E SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2014 - NÃO AUDITADO
(Em milhares de reais) - NÃO AUDITADO

	Nota	01/01/2014 a 30/06/2014	01/04/2014 a 30/06/2014	01/01/2013 a 30/06/2013	01/04/2013 a 30/06/2013
RECEITA LÍQUIDA					
Receita líquida de pedágio e acessórias		116.532	57.250	109.669	54.518
Receita de construção		171.363	110.542	24.524	9.578
Receita operacional líquida	14	<u>287.895</u>	<u>167.792</u>	<u>134.193</u>	<u>64.096</u>
Custo dos serviços prestados					
Custo dos serviços prestados	15	(87.760)	(44.319)	(76.159)	(36.675)
Custos de construção	15	<u>(169.666)</u>	<u>(109.447)</u>	<u>(24.279)</u>	<u>(9.484)</u>
LUCRO BRUTO		<u>30.469</u>	<u>14.026</u>	<u>33.755</u>	<u>17.937</u>
Despesas gerais e administrativas					
Despesas gerais e administrativas	15	(18.071)	(8.770)	(17.838)	(8.270)
Outras receitas (despesas), líquidas		(6)	(6)	26	11
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		<u>12.392</u>	<u>5.250</u>	<u>15.943</u>	<u>9.678</u>
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS					
Receitas financeiras	16	11.560	5.804	12.136	6.415
Despesas financeiras	16	<u>(94.485)</u>	<u>(46.788)</u>	<u>(76.353)</u>	<u>(35.164)</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		<u>(70.533)</u>	<u>(35.734)</u>	<u>(48.274)</u>	<u>(19.071)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferido	6 (a)	<u>8.930</u>	<u>(2.892)</u>	<u>16.271</u>	<u>6.342</u>
Prejuízo do período		<u>(61.603)</u>	<u>(38.626)</u>	<u>(32.003)</u>	<u>(12.729)</u>
Prejuízo por ação ordinária (básico e diluído) - R\$	17	<u>(0,0600)</u>	<u>(0,0376)</u>	<u>(0,0312)</u>	<u>(0,0124)</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O
TRIMESTRE E SEMESTRE FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014 - NÃO AUDITADO

	<u>01/01/2014</u> <u>a 30/06/2014</u>	<u>01/04/2014</u> <u>a 30/06/2014</u>	<u>01/01/2013</u> <u>a 30/06/2013</u>	<u>01/04/2013</u> <u>a 30/06/2013</u>
PREJUÍZO DO PERÍODO	<u>(61.603)</u>	<u>(38.626)</u>	<u>(32.003)</u>	<u>(12.729)</u>
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO	<u><u>(61.603)</u></u>	<u><u>(38.626)</u></u>	<u><u>(32.003)</u></u>	<u><u>(12.729)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O
SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2014
(Em milhares de reais) - NÃO AUDITADO

	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2014	<u>715.000</u>	<u>(203.613)</u>	<u>511.387</u>
Prejuízo do período	<u>-</u>	<u>(61.603)</u>	<u>(61.603)</u>
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014	<u><u>715.000</u></u>	<u><u>(265.216)</u></u>	<u><u>449.784</u></u>
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2013	<u>715.000</u>	<u>(153.035)</u>	<u>561.965</u>
Prejuízo do período	<u>-</u>	<u>(32.003)</u>	<u>(32.003)</u>
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013	<u><u>715.000</u></u>	<u><u>(185.038)</u></u>	<u><u>529.962</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O
SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2014
(Em milhares de reais) - NÃO AUDITADO

	<u>Nota</u>	<u>30/06/2014</u>	<u>30/06/2013</u>
Prejuízo do período antes do imposto de renda e da contribuição social		(70.533)	(48.274)
Margem bruta de construção		(1.697)	(245)
Depreciação e amortização		39.300	32.305
Amortização do custos de transação debêntures	16	1.641	1.639
Provisão para manutenção		12.574	8.349
Baixa de imobilizado e intangível		59	162
Provisão para riscos	10	880	132
Provisão fornecedores		(1.323)	-
Juros sobre aplicação financeira	16	(11.560)	-
Receita diferida	12	(4.052)	-
Variações monetárias, cambiais e encargos	16	92.536	73.832
		<u>57.825</u>	<u>67.900</u>
(Aumento) redução em ativos operacionais:			
Créditos a receber		2.375	(6)
Estoques		66	22
Impostos a recuperar		2.488	(1.784)
Outras contas a receber			175
Adiantamentos		131	(316)
Partes relacionadas		(186)	(395)
Depósitos judiciais		(1.128)	(4.116)
Despesas antecipadas		(667)	84
		<u>3.079</u>	<u>(6.336)</u>
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		2.586	506
Impostos e contribuições a recolher		(640)	(611)
Salários e encargos sociais a recolher		1.695	1.194
Receita diferida	12	-	(6.768)
Provisões		0	(22.639)
Partes relacionadas		-	3.272
Outros		(1.215)	(1.102)
		<u>2.426</u>	<u>(26.148)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		<u>63.330</u>	<u>35.416</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aplicação financeira		(24.159)	34.313
Aquisição de imobilizado	6	(3.113)	(3.017)
Aquisição de intangível	7	(170.658)	(27.858)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		<u>(197.930)</u>	<u>3.438</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Captação de empréstimos e debêntures	8	232.610	-
Juros pagos		(35.983)	(16.942)
Pagamento de empréstimos	8	(40.321)	(20.490)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		<u>156.306</u>	<u>(37.432)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>21.706</u>	<u>1.422</u>
Saldo inicial caixa e equivalentes de caixa		117.949	147.078
Saldo final caixa e equivalentes de caixa		<u>139.655</u>	<u>148.500</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>21.706</u>	<u>1.422</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA O
SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2014
(Em milhares de reais) - NÃO AUDITADO

	<u>Nota</u>	<u>30/06/2014</u>	<u>30/06/2013</u>
Receitas			
Receita operacional	14	127.702	120.370
Receita de construção	14	171.363	24.524
Outras		2	42
		<u>299.067</u>	<u>144.936</u>
Insumos adquiridos de terceiros			
Custos de construção		(169.666)	(24.279)
Materiais, serviço de terceiros e outros		(47.230)	(43.753)
		<u>(216.896)</u>	<u>(68.032)</u>
Valor adicionado bruto		<u>82.171</u>	<u>76.904</u>
Retenções			
Depreciação e amortização	7 e 8	<u>(39.300)</u>	<u>(32.305)</u>
Valor adicionado líquido produzido pela companhia		42.871	44.599
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	16	<u>11.560</u>	<u>12.136</u>
Valor adicionado total a distribuir		<u><u>54.431</u></u>	<u><u>56.735</u></u>
Distribuição do valor adicionado		<u><u>54.431</u></u>	<u><u>56.735</u></u>
Pessoal e encargos		<u>16.543</u>	<u>15.037</u>
Remuneração direta		12.194	8.272
Benefícios		3.543	3.090
FGTS		800	808
Outros		6	2.867
Impostos, taxas e contribuições		<u>4.551</u>	<u>(3.275)</u>
Federais		(1.708)	9.155
Municipais		6.259	(5.880)
Remuneração capital de terceiros		<u>94.940</u>	<u>76.976</u>
Juros		94.485	76.351
Aluguéis		448	625
Outras		7	-
Remuneração de capital próprio		<u>(61.603)</u>	<u>(32.003)</u>
Prejuízo do período		<u>(61.603)</u>	<u>(32.003)</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS REFERENTES AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2014 - NÃO AUDITADO.

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. (“CART” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída em 12 de novembro de 2008, cuja atividade exclusiva é a exploração do sistema rodoviário do corredor Raposo Tavares, sob o regime de concessão, do Edital nº 04 do Programa de Estadual de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo, cuja vida útil está associada ao prazo determinado no contrato de concessão. A Companhia não possui ações de sua emissão negociados publicamente. A sede da Companhia está localizada na Avenida Issa Marar 2-200 em Bauru, Estado de São Paulo.

O objeto da concessão compreende a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e controle dos serviços complementares, por prazo determinado, mediante a cobrança de tarifas de pedágio reajustada anualmente, com data base no mês julho, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IPCA no período e de fontes alternativas de receita, desde que previamente aprovadas pela Agência de Transportes do Estado de São Paulo - ARTESP, que podem advir de atividades relativas à exploração da rodovia, de suas faixas de domínio e publicidade.

O Edital de nº 004/2008 atualmente é um conjunto de pistas de rolamento do Sistema Rodoviário, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nelas contidas, compreendendo:

- I. SP-270: Rodovias Raposo Tavares: início do trecho no Km381, no entroncamento com a SP-327, Km32, Ourinhos; final do trecho no Km654, Presidente Epitácio, na divisa com Mato Grosso do Sul.
- II. SP-225: início do trecho no km 235+040, no entroncamento com a SP-300, Km336+735, Bauru; final do trecho no Km 317+800, no entroncamento com a SP-327, Km0+000, Santa Cruz do Rio Pardo.
- III. SP-327: início do trecho no km0+000, no entroncamento com a SP-225, Km317+800, Santa Cruz do Rio Pardo; final do trecho no Km32+443, no entroncamento com a SP-270, km381+703, e entroncamento com a BR-153, Km338+361, Ourinhos.

A assinatura do Termo de Contrato da Concessão Rodoviária foi realizada em 16 de março de 2009, após homologação dos resultados pelo Poder Concedente.

O prazo de concessão é de 30 anos, contados da data da transferência de controle do sistema existente, podendo ser prorrogado na forma da lei e conforme condições previstas no contrato de concessão. Extinta a concessão, retorna ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados a exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão.

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS (INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS)

Apresentação das informações financeiras intermediárias (informações trimestrais)

As informações financeiras intermediárias da Companhia, foram aprovadas em 11 de agosto de 2014 pelo Conselho de Administração e compreendem:

As informações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) Demonstração Intermediária e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais ITR.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações financeiras intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas nas Notas Explicativas nº 2 e 3 às Demonstrações Financeiras Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (doravante denominadas de “Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2013”), publicadas na imprensa oficial em 7 de março de 2014.

2.1. Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

Novos pronunciamentos contábeis

- a) Normas, interpretações e alterações de normas existentes que estão em vigor desde 1º de janeiro de 2014:
- IAS 32/CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Compensações de Ativos e Passivos - Traz esclarecimentos adicionais à orientação de aplicação contida no IAS 32, sobre as exigências para compensar ativos financeiros e passivos financeiros no balanço patrimonial..
 - IFRIC 21 - Taxações - Orienta sobre quando reconhecer um passivo para uma taxa imposta pelo governo, tanto para as taxas que são contabilizadas de acordo com o IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e aqueles nos quais os valores e o período da taxa são claros.
 - IAS 36 - *Impairment* de ativos (CPC 01) - adiciona orientações sobre a divulgação de valores recuperáveis de ativos não financeiros.
 - IAS 39 - Instrumentos financeiros - reconhecimento e mensuração (CPC 38) - adiciona orientações esclarecendo que não há necessidade de descontinuar “*hedge accounting*” se o instrumento derivativo for renovado, desde que certos critérios sejam atingidos.
 - Alterações às IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 - As alterações à IFRS 10 definem uma entidade de investimento e exigem que a entidade que reporta e que se enquadra na definição de uma entidade de investimento não consolide suas controladas, mas, em vez disso, mensure suas controladas pelo valor justo através do resultado em suas demonstrações financeiras consolidadas e separadas.

Para se caracterizar como entidade de investimento, uma entidade que reporta deve:

- Obter recursos de um ou mais investidores com o objetivo de prestar-lhes serviços profissionais de gestão de investimentos.
- Comprometer-se com seu(s) investidor(es) de que seu objeto social é o investimento de recursos somente para obter retornos sobre a valorização do capital e a receita de investimento, ou os dois.
- Mensurar e avaliar o desempenho de substancialmente todos os seus investimentos com base no valor justo.
- Foram feitas alterações decorrentes à IFRS 12 e à IAS 27 para introduzir novas exigências de divulgação para entidades de investimento.

b) Normas, interpretações e alterações emitidas e ainda não vigente:

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2014

- Alteração no IAS 19/CPC 33 - Benefícios a Empregados - alteração para esclarecer os requisitos relacionados a contribuições dos empregados ou de terceiros que estão ligados ao serviço e como deve ser atribuído ao tempo de serviço.
- Melhorias anuais dos ciclos 2010 a 2012 e 2011 a 2013 - pequenas alterações nos pronunciamentos existentes.

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros. O efeito mais significativo decorrente da aplicação da nova norma refere-se à contabilização das variações no valor justo de um passivo financeiro (designado ao valor justo através do resultado) atribuíveis a mudanças no risco de crédito daquele passivo. Assim, a variação no valor justo do passivo financeiro atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo é reconhecida em “Outros resultados abrangentes”, a menos que o reconhecimento dos efeitos das mudanças no risco de crédito do passivo em “Outros resultados abrangentes” resulte em ou aumente o descasamento contábil no resultado.

Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016:

- IFRS 14 - Regulatory Deferral Accounts - aplicável apenas para as entidades que estão emitindo sua primeira demonstração anual em IFRS e permite, com algumas limitações, que a entidade mantenha a prática contábil do GAAP anterior com relação às contas regulatórias, na adoção inicial e demonstrações financeiras de anos subsequentes.
- Alterações no IFRS 11 - Contabilização para aquisições de participações em operações em conjunto (joint operations). Requer um adquirente de participação de operação em conjunto, onde a atividade seja um negócio, conforme definido no IFRS 3, aplique os princípios contábeis do IFRS 3 e outras normas, exceto quando existir um conflito com o que dita o IFRS 11 e divulgue as informações requeridas pelo IFRS 3 e outros pronunciamentos sobre combinações de negócios.

Aplicável tanto para aquisição inicial de participação em operação em conjunto como para aquisição de participação adicional, neste último caso, o investimento mantido anteriormente não é remensurado com efeito prospectivo.

- Alterações nos pronunciamentos IAS 16 e IAS 38, para clarificar os métodos de depreciação e amortização aceitos.
- Alterações no pronunciamentos IAS 16 e IAS 41 para incluir o conceito de “*bearer plants*” no escopo do IAS 16, permitindo que tais ativos sejam contabilizados como imobilizado e mensurados depois do reconhecimento inicial pelo custo ou reavaliação de acordo com o que dita o IAS 16.

Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017:

- IFRS 15 - Revenue from Contracts with Customers - define 5 passos simples para ser aplicado aos contratos firmados com clientes pra fins de reconhecimento de receita e divulgação. Substituirá os pronunciamentos atualmente em vigor sobre o assunto (IAS 18, IAS 11) e interpretações sobre o tema (IFRIC 13, IFRIC 15 e IFRIC 18).

A Companhia não adotou tais pronunciamentos antecipadamente e está procedendo a sua análise sobre os impactos desses novos pronunciamentos ou alterações em suas informações intermediárias, no entanto não são esperados impactos nas demonstrações financeiras e informações intermediárias.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa:	<u>30/06/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Caixa geral	3	10
Numerário em trânsito	567	1.052
Bancos conta movimento	896	1.214
Fundo de troco	120	120
Operações compromissadas	90.115	75.203
Certificados de depósitos bancários - CDB	<u>47.954</u>	<u>40.350</u>
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u>139.655</u>	<u>117.949</u>

As aplicações equivalentes de caixa referem-se a operações de renda fixa junto a instituições financeiras de primeira linha, lastreadas por operações compromissadas em Debêntures e Certificados de Depósito Bancário - CDB, indexados a taxa de 100,0% a 101,2% a.a. do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, não possuindo carência.

4. APLICAÇÃO FINANCEIRA

	<u>30/06/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Aplicações financeiras		
Operações compromissadas (conta reserva BNDES)	62.563	51.567
Operações compromissadas (conta reserva Debenturistas)	<u>29.006</u>	<u>4.283</u>
Total das aplicações financeiras	<u>91.569</u>	<u>55.850</u>
Circulante		
Aplicação financeira	-	55.850
Não circulante		
Aplicação financeira	91.569	-

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a operações de renda fixa junto a instituições financeiras de primeira linha, lastreadas por operações compromissadas em Debêntures indexadas a taxa de 100,5% a 103,0% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

As aplicações financeiras no montante de R\$62.563 em 30 de junho de 2014 foram efetuadas em conexão com a cláusula estipulada em contrato de empréstimo junto ao BNDES, que determinam que a Companhia deva constituir de uma conta reserva, na qual deverão ser depositados recursos em montante equivalente a: (i) 6 (seis) meses de prestações vincendas de amortização de principal e encargos da dívida dos Subcréditos “A”, “B-1”, “B-2”, “C”, “D”, “E” e “F” até agosto de 2013; (ii) 7 (sete) meses de prestações vincendas de amortização de principal e encargos da dívida dos Subcréditos “A”, “B-1”, “B-2”, “C”, “D”, “E” e “F” a partir de setembro de 2013; e (iii) 8 (oito) meses de prestações vincendas de amortização de principal e encargos da dívida dos Subcréditos “A”, “B-1”, “B-2”, “C”, “D”, “E” e “F” a partir de setembro de 2015.”

As aplicações financeiras no montante de R\$29.006 em 30 de junho de 2014 foram efetuadas em conexão com a cláusula estipulada na Escritura Particular da 2ª Emissão de Debêntures Simples, que determinam que a Companhia deva constituir de uma Conta de Pagamento do Serviço da Dívida das Debêntures.

5. CRÉDITOS A RECEBER

	<u>30/06/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
AVI (*)	11.208	13.690
CIELO - Vale pedágio	667	520
DBTRANS - Vale pedágio	<u>216</u>	<u>256</u>
	<u>12.091</u>	<u>14.466</u>

(*) Contas a receber referente à utilização das etiquetas eletrônicas nas pistas automáticas. Em 30 de junho de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 não havia valores vencidos nas contas a receber da Companhia. O prazo médio de recebimento é de 18 dias.

6. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

- a) Os principais componentes do imposto de renda e da contribuição social diferidos estão demonstrados a seguir:

	Balança patrimonial	
	<u>30/06/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Prejuízo fiscal e base negativa	(498.035)	(460.278)
Diferenças temporárias	<u>166.236</u>	<u>154.743</u>
Base de cálculo	(331.799)	(305.535)
Alíquota nominal do imposto de renda e da contribuição social	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>112.812</u>	<u>103.882</u>

	Resultado	
	<u>30/06/2014</u>	<u>30/06/2013</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(70.533)	(48.274)
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	23.981	16.413
Ajustes no lucro líquido que afetam o resultado do período:		
Adições permanentes	(433)	(142)
Imposto de renda e contribuição social diferidos não constituídos	(14.586)	-
Outros	<u>(32)</u>	<u>-</u>
Total do imposto de renda e da contribuição social do período	<u>8.930</u>	<u>16.271</u>

A Companhia tem créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. A compensação dos prejuízos fiscais, limitada a 30% do resultado tributável do exercício, implica em considerável aumento no prazo de recuperação dos créditos tributários.

Os créditos tributários diferidos foram constituídos no pressuposto de sua realização futura, que estabelece as condições essenciais para o reconhecimento contábil e manutenção de ativo diferido, decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias.

Os estudos técnicos realizados pela Companhia, para suportar a manutenção dos valores contabilizados, confirmam a capacidade provável de geração de lucros tributáveis e a plena realização destes ativos. Tais estudos correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura dos resultados da Companhia. Nesse sentido, e devido à própria natureza das projeções financeiras e às incertezas inerentes às informações baseadas em expectativas futuras, principalmente no mercado no qual a Companhia está inserida, poderá haver diferenças entre os resultados estimados e os reais.

Na tabela abaixo, apresenta-se o cronograma previsto para realização total dos ativos fiscais diferidos registrados:

	<u>Exercícios</u>
2018	5.936
2019	11.140
2020	15.842
2021	21.239
2022	28.593
2023 em diante	<u>89.503</u>
Total dos ativos fiscais diferidos	<u>172.253</u>
Total dos passivos fiscais diferidos	<u>(59.441)</u>
Total dos impostos diferidos	<u>112.812</u>

b) Impostos a recuperar

	<u>30/06/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Impostos retidos na fonte	1.651	5.163
IRPJ a recuperar	1.361	-
Outros	<u>7</u>	<u>344</u>
	<u>3.019</u>	<u>5.507</u>

c) Impostos a recolher

	<u>30/06/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
PIS e COFINS	768	892
ISS	1.189	1.512
IRRF	841	432
INSS s/ terceiros	63	422
Outros	<u>-</u>	<u>243</u>
	<u>2.861</u>	<u>3.501</u>

7. IMOBILIZADO

<u>Custo</u>	<u>Vida útil</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2013</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Saldo em</u> <u>30/06/2014</u>
Instalações	25	153			153
Máquinas e equipamentos	5	4.492	12		4.504
Móveis e utensílios	5	4.106	19	(2)	4.123
Veículos	5	1.460	2.420 (a)		3.880
Equipamentos de informática	5	32.465	623	(52)	33.036
Ferramentas e aparelhos	5	<u>313</u>	<u>4</u>	<u>-</u>	<u>317</u>
		42.989	3.078	(54)	46.013

	<u>Vida útil</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2013</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Saldo em</u> <u>30/06/2014</u>
<u>Depreciação</u>					
Instalações		(12)	(3)		(15)
Máquinas e equipamentos		(2.130)	(443)		(2.573)
Móveis e utensílios		(2.099)	(375)	2	(2.472)
Veículos		(740)	(221)		(961)
Equipamentos de informática		(21.819)	(3.173)	44	(24.948)
Ferramentas e aparelhos		<u>(189)</u>	<u>(28)</u>	<u>-</u>	<u>(217)</u>
		<u>(26.989)</u>	<u>(4.243)</u>	<u>46</u>	<u>(31.186)</u>
Imobilizado líquido		<u>16.000</u>	<u>(1.165)</u>	<u>(8)</u>	<u>14.827</u>

(a) No primeiro semestre de 2014 foram adquiridos 16 caminhões guinchos leves devido a internalização do serviço executado anteriormente por terceiros.

	<u>Prazo de</u> <u>depreciação</u> <u>em anos</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2012</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências</u>	<u>Saldo em</u> <u>30/06/2013</u>
<u>Custo</u>						
Instalações	25	153				153
Máquinas e equipamentos	5	4.503	184		(282)	4.405
Móveis e utensílios	5	3.218	262	(1)		3.479
Veículos	5	1.714	120	(176)		1.658
Equipamentos de informática	5	28.851	2.451	(12)		31.290
Ferramentas e aparelhos	5	<u>281</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>281</u>
		<u>38.720</u>	<u>3.017</u>	<u>(189)</u>	<u>282</u>	<u>41.266</u>
<u>Depreciação</u>						
Instalações		(5)	(3)			(8)
Máquinas e equipamentos		(1.271)	(430)		8	(1.693)
Móveis e utensílios		(1.399)	(304)			(1.703)
Veículos		(547)	(170)	49		(668)
Equipamentos de informática		(15.778)	(2.921)	4		(18.695)
Ferramentas e aparelhos		<u>(142)</u>	<u>(23)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(165)</u>
		<u>(19.142)</u>	<u>(3.851)</u>	<u>53</u>	<u>8</u>	<u>(22.932)</u>
Imobilizado líquido		<u>19.578</u>	<u>(834)</u>	<u>(136)</u>	<u>(274)</u>	<u>18.334</u>

Em 30 de junho de 2014 e 2013, não havia bens do ativo imobilizado dados em garantia de empréstimos ou a processos judiciais de qualquer natureza.

Não foram identificados ativos qualificáveis a capitalização de custos de empréstimos em 30 de junho de 2014.

8. INTANGÍVEL

	<u>Vida útil</u>	<u>Saldo em</u> 31/12/2013	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências</u>	<u>Saldo em</u> 30/06/2014
Custo						
Direito de uso software	5	7.654	528	-		8.182
Marcas e patentes	10	20	-	-		20
Direito de concessão	30	1.233.653	173.501	(5)	(2)	1.407.147
Outorga fixa	30	<u>634.000</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>634.000</u>
		1.875.327	174.029	(5)	(2)	2.049.349
Depreciação						
Direito de uso software		(3.979)	(738)			(4.717)
Marcas e patentes		(7)	(2)		2	(7)
Direito de concessão		(102.041)	(23.750)			(125.791)
Outorga fixa		<u>(100.699)</u>	<u>(10.567)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(111.266)</u>
Amortização acumulada		<u>(206.726)</u>	<u>(35.057)</u>	<u>-</u>	<u>2</u>	<u>(241.781)</u>
Intangível, líquido		<u>1.668.601</u>	<u>138.972</u>	<u>(5)</u>	<u>-</u>	<u>1.807.568</u>
	<u>Prazo de</u> <u>amortização</u> <u>em anos</u>	<u>Saldo em</u> 31/12/2012	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências</u>	<u>Saldo em</u> 30/06/2013
Intangível - custo						
Direito de uso software	5	6.562	720	-		7.282
Marcas e patentes	10	20	-	-		20
Direito de concessão	30	947.963	27.383	(87)	282	975.541
Outorga fixa	30	634.000	-	-		634.000
		<u>1.588.545</u>	<u>28.103</u>	<u>(87)</u>	<u>282</u>	<u>1.616.843</u>
Intangível - amortização						
Direito de uso software		(2.586)	(676)			(2.362)
Marcas e patentes		(4)	(1)			(5)
Direito de concessão		(65.382)	(17.218)	61	(8)	(82.547)
Outorga fixa		<u>(79.566)</u>	<u>(10.559)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(90.125)</u>
Amortização acumulada		<u>(147.538)</u>	<u>(28.454)</u>	<u>(61)</u>	<u>(8)</u>	<u>(175.939)</u>
Intangível, líquido		<u>(1.441.007)</u>	<u>(351)</u>	<u>(26)</u>	<u>274</u>	<u>1.440.904</u>

O direito de outorga fixa refere-se ao direito de exploração do sistema rodoviário do corredor Raposo Tavares, conforme mencionado na Nota 1. A amortização é efetuada pelo método linear de acordo com o prazo de concessão

De acordo com o CPC 01(R1) - “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, os itens do ativo intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. Em 31 de dezembro de 2013 não foram identificadas evidências de ativos intangíveis com custos registrados superiores os seus valores de recuperação.

Devido a característica de curto prazo dos investimentos realizados no intangível, não foram efetuadas capitalizações de juros ao intangível no período findo em 30 de junho de 2014.

Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, não havia bens do ativo intangível dados em garantia de empréstimos ou a processos de qualquer natureza.

9. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Movimentação dos empréstimos e financiamentos:

Descrição	31/12/2013	Captações	Amortização do principal	Juros	Juros incorridos	Transferência	30/06/2014
Passivo circulante							
Senior - BNDES - TJLP	56.180	-	(30.055)	(18.156)	18.471	36.304	62.744
Senior - BNDES - IPCA	25.735	-	(10.265)	(17.827)	11.768	9.175	18.586
Debêntures	<u>1.822</u>	-	-	-	<u>23.538</u>	-	<u>25.360</u>
Total	<u>83.737</u>	-	<u>(40.320)</u>	<u>(35.983)</u>	<u>53.777</u>	<u>45.479</u>	<u>106.690</u>
Passivo não circulante							
Senior - BNDES - TJLP	371.003	173.107	-	-	-	(36.304)	507.806
Senior - BNDES - IPCA	185.584	59.503	-	-	6.588	(9.175)	242.500
Debêntures	796.553	-	-	-	32.149	-	828.702
Custos a amortizar	<u>(55.668)</u>	-	-	-	<u>1.640</u>	-	<u>(54.028)</u>
Total	<u>1.297.472</u>	<u>232.610</u>	-	-	<u>40.377</u>	<u>(45.479)</u>	<u>1.524.980</u>

Descrição	31/12/2012	Captações	Amortização do principal	Juros	Juros incorridos	Transferência	30/06/2013
Passivo Circulante							
Senior - BNDES - TJLP	45.859	-	(20.490)	(16.942)	16.710	27.452	52.589
Senior - BNDES - IPCA	5.041	-	-	-	5.039	9.740	19.820
Debêntures	<u>1.548</u>	-	-	-	<u>22.473</u>	-	<u>24.021</u>
Total	<u>52.448</u>	-	<u>(20.490)</u>	<u>(16.942)</u>	<u>44.222</u>	<u>37.192</u>	<u>96.430</u>
Passivo Não Circulante							
Senior - BNDES - TJLP	425.907	-	-	-	-	(27.452)	398.455
Senior - BNDES - IPCA	95.252	-	-	-	3.279	(9.740)	88.791
Debêntures	752.624	-	-	-	26.330	-	778.954
Custos a Amortizar	<u>(58.960)</u>	-	-	-	<u>1.639</u>	-	<u>(57.321)</u>
Total	<u>1.214.823</u>	-	-	-	<u>31.248</u>	<u>(37.192)</u>	<u>1.208.879</u>

Objeto	Indexador	Juros	Vencimento	Saldo 30/06/2014
BNDES	TJLP	0,0245	01/03/2021	126.862
BNDES	TJLP	0,0245	01/03/2021	74.195
BNDES	TJLP	0,0245	01/03/2021	67.970
BNDES	TJLP	0,0245	01/03/2021	6.376
BNDES	TJLP	0,0245	01/03/2023	47.034
BNDES	TJLP	0,0245	01/03/2021	624
BNDES	TJLP	0,0245	01/03/2023	18.734
BNDES	TJLP	0,0245	01/03/2023	11.872
BNDES	IPCA + TR	0,0245	01/03/2023	13.145
BNDES	TJLP	0,0245	01/03/2021	1.332
BNDES	IPCA + TR	0,0245	01/03/2023	16.397
BNDES	TJLP	0,0245	01/03/2023	9.706
BNDES	IPCA + TR	0,0245	01/03/2023	18.704
BNDES	TJLP	0,0245	01/03/2023	9.359
BNDES	IPCA + TR	0,0245	01/03/2023	26.863
BNDES	TJLP	0,0245	01/03/2023	11.365
BNDES	TJLP	0,0245	01/03/2023	14.141
BNDES	IPCA + TR	0,0245	01/03/2023	11.361
BNDES	IPCA + TR	0,0245	01/03/2023	10.489
BNDES	IPCA + TR	0,0245	01/03/2025	37.584
BNDES	IPCA + TR	0,0245	01/03/2025	41.919
BNDES	IPCA + TR	0,0245	01/03/2025	24.089

<u>Objeto</u>	<u>Indexador</u>	<u>Juros</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Saldo</u> <u>30/06/2014</u>
BNDES	TJLP	0,0245	01/03/2025	54.829
BNDES	TJLP	0,0245	01/03/2025	12.660
BNDES	TJLP	0,0245	01/03/2025	21.765
BNDES	TJLP	0,0245	01/03/2025	81.726
BNDES	IPCA + TR	0,0245	01/03/2025	60.535
Debenturistas - Série 1	IPCA	0,058	01/12/2024	432.461
Debenturistas - Série 2	IPCA	0,0605	01/12/2024	421.601
Subtotal				<u>1.685.698</u>
(-) Custos de transação - Debêntures	Outros		01/12/2024	<u>(54.028)</u>
Total				<u>1.631.670</u>
Parcelas do circulante				<u>106.690</u>
Parcelas do não circulante				<u>1.524.980</u>

(*) Taxa de referencia do BNDES indexada ao IPCA

<u>Objeto</u>	<u>Indexador</u>	<u>Juros</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2013</u>
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2021	136.286
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2021	79.707
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2021	73.020
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2021	6.850
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2023	49.731
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2021	670
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2023	19.808
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2023	12.553
BNDES	TRB*+ 2,45%	2,45% a.a.	15/03/2023	16.661
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2021	1.430
BNDES	TRB*+ 2,45%	2,45% a.a.	15/03/2023	20.301
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2023	10.263
BNDES	TRB*+ 2,45%	2,45% a.a.	15/03/2023	22.627
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2023	9.896
BNDES	TRB*+ 2,45%	2,45% a.a.	15/03/2023	31.434
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2023	12.017
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2023	14.952
BNDES	TRB*+ 2,45%	2,45% a.a.	15/03/2023	13.008
BNDES	TRB*+ 2,45%	2,45% a.a.	15/03/2023	12.010
BNDES	TRB*+ 2,45%	2,45% a.a.	17/03/2025	34.568
BNDES	TRB*+ 2,45%	2,45% a.a.	17/03/2025	38.555
BNDES	TRB*+ 2,45%	2,45% a.a.	17/03/2025	22.156
Debenturistas - Série 1	IPCA	5,8% a.a.	15/12/2024	404.491
Debenturistas - Série 2	IPCA	6,05% a.a.	15/12/2024	393.884
Subtotal				<u>1.436.878</u>
(-) Custos de transação - Debêntures				<u>(55.668)</u>
Total				<u>1.381.210</u>
Parcelas de curto prazo				<u>83.737</u>
Parcelas de longo prazo				<u>1.297.473</u>

(*) Taxa de referencia do BNDES indexada ao IPCA

Segue abaixo a composição dos empréstimos e financiamentos de longo prazo por ano de vencimento, os valores demonstrados abaixo não estão considerando o custo de transação no montante de R\$54.028.

<u>Exercícios</u>	<u>Saldo</u>
2015	134.272
2016	105.496
2017	112.996
2018	112.996
2019	112.996
2020 em diante	<u>1.000.252</u>
	<u>1.579.008</u>

Debêntures - 2ª emissão

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 9 de novembro de 2012, foi aprovada a realização da segunda emissão de debêntures simples da companhia, não conversíveis em ações, de acordo com a instrução CVM nº 400.

Foram emitidas 750.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$1,00, totalizando R\$750.000. A emissão se deu em duas séries, sendo que para a primeira série foram emitidas 380.000 debêntures e para a segunda série foram emitidas 370.000 debentures.

As debêntures terão prazo de vencimento de 12 anos, vencendo-se, portanto, em 15 de dezembro de 2024 e incidirão juros remuneratórios, prefixados correspondentes a 5,80% a.a. para as debêntures da primeira série, e 6,05% a.a. para as debêntures da segunda série.

Os juros remuneratórios são pagos anualmente, a partir da data de emissão, sempre no dia 15 do mês de dezembro, tendo o primeiro pagamento ocorrido em 15 de dezembro de 2013.

As debêntures emitidas não possuem cláusula de repactuação.

Os encargos financeiros incorridos da captação das debêntures no montante de R\$59.008 estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos, O saldo a apropriar em 30 de junho de 2014 é de R\$54.028(R\$55.668 em 31 de dezembro de 2013).

Na tabela abaixo, apresenta-se o cronograma previsto para apropriação dos encargos financeiros aos resultados dos exercícios:

<u>Exercícios</u>	<u>R\$ Mil</u>
2014	(1.584)
2015	(3.428)
2016	(3.228)
2017	(3.443)
2018	(3.201)
2019 em diante	<u>(39.144)</u>
	<u>(54.028)</u>

BNDES - Sênior

Em 10 de fevereiro de 2011, a companhia assinou contrato com o BNDES convertendo a captação inicial da modalidade Ponte para Sênior.

A primeira liberação, referente ao “Subcrédito A”, no montante de R\$377.575, ocorreu em 15 de fevereiro de 2011. Parcela deste empréstimo, no montante de R\$273.637 foi utilizado para quitação do valor original, juros e comissão do empréstimo ponte, restando o valor líquido de R\$103.938.

Sobredito A deverá ser pago em 114 parcelas mensais e consecutivas, sendo a primeira em 15 de outubro de 2011. Sobre o montante da dívida incidem juros de 2,45% a.a. acima da TJLP.

O crédito foi posto à disposição da Companhia à medida que as comprovações de aplicação dos recursos anteriormente liberados foram feitas. Do montante total contratado de R\$1.052.242, foi liberado pelo BNDES R\$ 941.120 até 30 de junho de 2014 (R\$765.789 até 31 de dezembro de 2013), restando um saldo a liberar de R\$ 111.122.

Subcrédito	Saldos dos subcréditos BNDES - Sênior (R\$ mil)						Saldo
	Valor do subcrédito (R\$)	Liberado até 31/12/2012	10ª liberação 16/12/2013	11ª liberação 21/01/2014	12ª liberação 17/02/14	13ª liberação 15/05/2014	
A TJLP	377.575	377.575	-	-	-	-	-
B - 1 TJLP	1.787	1.787	-	-	-	-	-
B - 2 TJLP	9.817	9.817	-	-	-	-	-
C TJLP	174.285	117.005	-	57.280	-	-	-
D TJLP	15.310	15.310	-	-	-	-	-
D - 1 IPCA	11.077	11.077	-	-	-	-	-
D - 2 IPCA	12.123	12.123	-	-	-	-	-
D - 3 IPCA	15.362	15.362	-	-	-	-	-
D - 4 IPCA	10.227	10.227	-	-	-	-	-
D - 6 IPCA	25.784	25.784	-	-	-	-	-
D - 8 IPCA	17.753	17.753	-	-	-	-	-
F - 3 IPCA	34.354	-	34.354	-	-	-	-
F - 4 IPCA	38.316	-	38.316	-	-	-	-
F - 5 IPCA	59.503	-	-	-	-	59.503	-
F - 6 IPCA	22.019	-	22.019	-	-	-	-
E TJLP	138.839	-	-	12.625	21.704	81.498	23.013
F TJLP	33.988	-	-	-	-	-	33.988
F-1 TJLP	25.963	-	-	-	-	-	25.963
F-2 TJLP	28.159	-	-	-	-	-	28.159
Total	<u>1.052.242</u>	<u>613.821</u>	<u>94.689</u>	<u>69.905</u>	<u>21.704</u>	<u>141.000</u>	<u>111.122</u>

Como condição restritiva, é vedada à Companhia a aplicação dos recursos em finalidade diversa da prevista no objeto dos financiamentos, assumirem novas dívidas acima do montante correspondente a 15% (quinze por cento) do faturamento bruto apurado nos últimos 12 meses. A administração da companhia entende que esta condição não foi violada. Adicionalmente, esse contrato de financiamento possui cláusulas restritivas quanto a determinados índices financeiros, que em caso de descumprimento aceleram o vencimento do financiamento. Os índices financeiros são:

- Patrimônio Líquido/Ativo Total: Apresentar proporção > 20% (vinte por cento).
- ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) = EBITDA ajustado/(amortizações + juros das dívidas financeiras de curto e longo prazos): Manter índice $\geq 1,2$.

A Companhia, em 30 de junho de 2014, atendeu as referidas condições restritivas.

A liberação total aprovada monta R\$1.052.242 e está segregada em subcréditos conforme descrito abaixo:

Subcrédito	Valor (R\$)	Prazo	Taxa juros	
A	TJLP	377.575	114 parcelas mensais a partir de	Incidirão juros de 2,45% a.a. acima da TJLP
B - 1	TJLP	1.787	15/10/2011	
B - 2	TJLP	9.817		
C	TJLP	174.285	114 parcelas mensais a partir de	Incidirão juros a taxa de 2,45% a.a. acima da taxa de referência divulgada pelo BNDES
			15/10/2013	
			10 prestações anuais a partir de	
D	TJLP	15.310	15/03/2014	
D - 1	TRIPCA	11.077		
D - 2	TRIPCA	12.124		
D - 3	TRIPCA	15.363		
D - 4	TRIPCA	10.227		
D - 5	TRIPCA	6.388		
D - 6	TRIPCA	25.784		
D - 7	TRIPCA	44.048		
D - 8	TRIPCA	17.753		
E	TJLP	138.839	114 parcelas mensais a partir de	Incidirão juros de 2,45% a.a. acima da TJLP
			15/10/2015	
			10 prestações anuais a partir de	Incidirão juros a taxa de 2,45% a.a. acima da taxa de referência divulgada pelo BNDES
			15/03/2016	
F	TJLP	33.988		
F - 1	TRIPCA	19.575		
F - 2	TRIPCA	28.159		
F - 3	TRIPCA	34.354		
F - 4	TRIPCA	38.316		
F - 5	TRIPCA	15.454		
F - 6	TRIPCA	22.019		
		<u>1.052.242</u>		

10. PROVISÃO PARA RISCOS

A situação jurídica da Companhia engloba processos de natureza trabalhista e cível. A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que os encaminhamentos e as providências legais cabíveis que já foram tomados em cada situação são suficientes para preservar o patrimônio da Companhia, não existindo indicações de necessidade de reconhecimento de quaisquer provisões adicionais em relação às contabilizadas.

a) Composição do risco

<u>Natureza</u>	30.06.2014				<u>Provisão</u>
	<u>Probabilidade de perda</u>				
	<u>Provável</u>	<u>Possível</u>	<u>Remota</u>	<u>Total</u>	
Trabalhistas	679	3.580	812	5.071	679
Cíveis	<u>1.063</u>	<u>5.501</u>	<u>632</u>	<u>7.196</u>	<u>1.063</u>
	<u>1.742</u>	<u>9.081</u>	<u>1.444</u>	<u>12.267</u>	<u>1.742</u>

<u>Natureza</u>	30/06/2013				<u>Provisão</u>
	<u>Probabilidade de perda</u>				
	<u>Provável</u>	<u>Possível</u>	<u>Remota</u>	<u>Total</u>	
Trabalhistas	480	4.840	122	5.442	480
Cíveis	<u>201</u>	<u>3.256</u>	<u>65</u>	<u>3.522</u>	<u>201</u>
	<u>681</u>	<u>8.096</u>	<u>187</u>	<u>8.964</u>	<u>681</u>

b) Movimentação

	<u>Saldo inicial</u> <u>31/12/2013</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Saldo final</u> <u>30/06/2014</u>
Trabalhistas	428	396	(145)	679
Cíveis	434	629	-	1.063
Valor Provisionado	862	1.025	(145)	1.742

	<u>Saldo Inicial</u> <u>31/12/2012</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Saldo final</u> <u>30/06/2013</u>
Trabalhistas	448	32	-	480
Cíveis	<u>101</u>	<u>100</u>	=	<u>201</u>
Valor Provisionado	<u>549</u>	<u>132</u>	=	<u>681</u>

Contingências trabalhistas

A Companhia é parte em processos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários e funcionários de empresas terceirizadas, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de reintegração, horas extraordinárias, equiparação salarial, dentre outros. A companhia contabiliza os valores dos processos classificados como probabilidade de perda provável, no montante de R\$679 em 30 de junho de 2014 (R\$428 em 31 de dezembro de 2013) e processos trabalhistas como possíveis, as probabilidades de perda com valor estimado em 30 de junho de 2014 R\$3.580 (R\$3.461 em 31 de dezembro de 2013).

Contingências cíveis

A Companhia é parte em processos cíveis, movidos por clientes, principalmente em decorrência de incidentes ocorridos no sistema rodoviário. A companhia contabiliza os valores dos processos classificados como probabilidade de perda provável, no montante de R\$1.063 em 30 de junho de 2014 (R\$434 em 31 de dezembro de 2013) e adicionalmente, a Companhia é ré em diversos processos cíveis, como possíveis as probabilidades de perda com valor estimado em 30 de junho de 2014 em R\$5.501 (R\$5.228 em 31 de dezembro de 2013)

11. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações entre quaisquer das partes relacionadas, sejam elas administradores e empregados, acionistas, controladas ou coligadas, são efetuadas as taxas e condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas informações financeiras intermediárias.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas seguirá os termos do artigo 115 da lei das sociedades por ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

		2014			
<u>Transação</u>	<u>Relação da parte com a Companhia</u>	<u>Ativo circulante</u>	<u>Passivo não circulante</u>	<u>Resultado (custo)</u>	
OAS S.A.	Serviços	Controladora indireta	-	-	(147.608)
Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. - Metro Rio	Nota de débito	Ligada	-	100	-
Linha Amarela S.A. - LAMSA	Nota de débito	Ligada	-	41	-
Concessão Litoral Norte - CLN	Nota de débito	Ligada	-	2	-
GRU Airport	Nota de débito	Ligada	521	-	-
Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar (a)	Nota de débito	Controladora direta	-	1.452	-
Concessionaria BR 040	Nota de débito	Ligada	<u>270</u>	-	-
			<u>791</u>	<u>1.595</u>	<u>(147.608)</u>

		2013			
<u>Transação</u>	<u>Relação da parte com a Companhia</u>	<u>Ativo circulante</u>	<u>Passivo não circulante</u>	<u>Resultado (custo)</u>	
OAS S.A.		Controladora indireta	-	-	(240.488)
Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. - Metro Rio	Nota de débito	Ligada	-	100	-
Linha Amarela S.A. - LAMSA	Nota de débito	Ligada	-	41	-
Concessão Litoral Norte - CLN	Nota de débito	Ligada	-	2	-
GRU Airport	Nota de débito	Ligada	605	-	-
Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar (a)	Nota de débito	Controladora direta	-	1.452	-
			<u>605</u>	<u>1.595</u>	<u>(240.488)</u>

(a) Nota de débito: Serviços compartilhados referentes ao rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas, incluindo gastos com a estrutura administrativa do grupo, que estão sendo compartilhadas entre as empresas através de critérios de rateio que consideram, por exemplo, histórico do uso efetivo de determinado recurso compartilhado por cada uma das partes, quantidade de colaboradores de cada parte que terão acesso a determinado recurso compartilhado e aferição do uso efetivo de determinado recurso compartilhado.

Serviços - ativo

Em 5 de março de 2009, foi celebrado entre a Companhia e a parte relacionada OAS S.A., o contrato de execução das obras civis, compreendendo projetos funcionais e executivos dos serviços de recuperação, ampliação e melhorias no sistema rodoviário Raposo Tavares. Os preços e as quantidades, quando aplicável, estão de acordo com o estabelecido no contrato de concessão, o qual é fiscalizado pela Agência de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP.

O regime de execução destes serviços, cujo prazo é de cinco anos, é o de empreitada e o preço global acordado entre as partes foi de R\$1.112.748, devendo os pagamentos, serem realizados nas seguintes condições:

- i) Adiantamento no montante de R\$57.276, realizado em 19 de março de 2009, que foi amortizado durante os doze primeiros meses de execução dos serviços, através de descontos mensais nas medições destes serviços, quitado em 30 de abril de 2010.
- ii) Parcelas mensais conforme a execução dos serviços com base no cronograma físico-financeiro do respectivo contrato.

O preço global será reajustado a cada período de doze meses conforme fórmula paramétrica que apura o índice de reajuste levando em consideração a variação dos custos quando comparados com a data-base da proposta constante no contrato. Excepcionalmente, independente do reajuste que será auferido com a aplicação desta fórmula, os preços contratuais serão reajustados sempre que esta variação indicar o percentual igual ou superior à meta inflacionária divulgada pelo Banco Central do Brasil. O saldo do contrato de obra com a OAS S.A.

Em 30 de maio de 2014 as partes celebraram um aditivo prorrogando o prazo do contrato de execução de obras por 12 meses. O aditivo gerou um incremento de R\$44.058.

Em 30 de junho de 2014 o saldo contratual é de R\$211.950 (R\$321.092 em 31 de dezembro de 2013), no 2º trimestre de 2014 foi pago para OAS R\$147.608,(R\$11.766 em 30 de junho de 2013). A Companhia realiza pagamento a OAS dentro do mês sem ter a necessidade de realizar provisão e todos os encargos que incidem sobre a nota fiscal ficam a cargo da OAS realizar os pagamentos.

Remuneração dos administradores

A remuneração dos Administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e diretores estatutários, está composta por honorários, previdência privada, assistência médica e odontológica, no montante de R\$674 em 30 de junho de 2014 (R\$1.193 em 30 de junho de 2013).

	<u>30/06/2014</u>	<u>30/06/2013</u>
Pró-labore	212	293
Encargos	42	140
Benefícios de curto prazo a administradores	<u>420</u>	<u>760</u>
	<u>674</u>	<u>1.193</u>

A Companhia não concede benefícios pós-emprego ou em longo prazo.

12. RECEITA DIFERIDA

Em 30 de dezembro de 2011, a Companhia celebrou contrato de longo prazo, com vencimento em 16 de março de 2039, referente à locação de infraestrutura de fibra óptica. No curso do processo de negociação a Companhia recebeu antecipadamente R\$53.067, sendo R\$11.662 recebidos em 2011 e R\$41.405 em 2012, equivalente ao montante total dos serviços contratados. O saldo de receita a apropriar em 30 de junho de 2014 é de R\$ 48.736, montante este que se encontra segregado entre passivo não circulante, R\$46.765, e passivo circulante, R\$1.971. Os valores estão sendo apropriados ao resultado a partir da disponibilização dos ativos locados e pelo prazo de locação contratado.

Em 3 de julho de 2012, a Companhia celebrou contrato referente à locação de infraestrutura de fibra óptica com uma operadora de telefonia celular. No exercício de 2013 ocorreu à renovação automática do contrato, a Companhia recebeu R\$1.848, equivalente ao montante total dos serviços a serem prestados. O saldo de receita a apropriar em 30 de junho de 2014 é de R\$ 476, montante este registrado no passivo circulante. Os valores estão sendo apropriados ao resultado a partir da disponibilização dos ativos locados ocorrida em 3 de outubro de 2013, pelo prazo de 12 (doze) meses.

Em 23 de dezembro 2010, a Companhia celebrou contrato referente à locação de infraestrutura de fibra óptica o qual teve seu 1º aditivo assinado em 30 de junho de 2011 e 2º Aditivo em 31 de maio de 2012. Em 1º de agosto de 2013 a Companhia recebeu antecipadamente R\$4.240, equivalente ao montante total dos serviços relativos ao primeiro ano do contrato. O saldo de receita a apropriar em 30 de junho de 2014 é de R\$ 527, montante este registrado no passivo circulante. Os valores estão sendo apropriados ao resultado a partir da disponibilização dos ativos locados ocorrida em 1º de agosto de 2013, pelo prazo de 12 meses.

Em 11 de abril de 2013 e 3 de junho de 2013, a Companhia celebrou com a Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. - EMBRATEL 17 (dezessete) contratos referentes à ocupação da faixa de domínio a título precário e oneroso. No curso da negociação a Companhia recebeu antecipadamente R\$481, equivalente ao montante total dos serviços relativos ao primeiro ano dos contratos. Em 30 de junho O saldo de receita a apropriar referente ao primeiro ano dos contratos é de R\$7. Em maio de 2014 a Companhia recebeu antecipadamente R\$173 referente à segunda anuidade dos 6 (seis) primeiros contratos. Em 30 de junho o saldo de receita a apropriar referente ao segundo ano dos contratos é de R\$157. O saldo de receita a apropriar em 30 de junho, referente ao primeiro e segundo anos dos contratos perfaz um total de R\$164, montante este registrado no passivo circulante. Os valores estão sendo apropriados ao resultado a partir das autorizações para utilização, pelo prazo de 12 (doze) meses.

<u>Receita diferida</u>	<u>30/06/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
TIM Celular S.A	48.736	49.713
OI Móvel S.A.	476	1.392
Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. - EMBRATEL	524	2.686
Outros	<u>3</u>	<u>-</u>
	<u>49.739</u>	<u>53.791</u>
Circulante	2.974	6.049
Não circulante	<u>46.765</u>	<u>47.742</u>

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, o capital subscrito e integralizado da Companhia é de R\$715.000, representado por 1.026.969.956 ações, sendo 513.484.978 ações preferenciais, integralmente subscritas pela Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR.

As ações preferenciais não terão direito a voto e possuirão os mesmos direitos de participação nos resultados da sociedade conferidos às ações ordinárias, bem como prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, na hipótese de liquidação da sociedade, e terão, ainda, o direito de participar de ofertas públicas de aquisição de ações, pelo mesmo preço e nas mesmas condições de pagamento auferidas pelas ações ordinárias.

14. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	01/01/2014 a 30/06/2014	01/04/2014 a 30/06/2014	01/01/2014 a 30/06/2013	01/04/2014 a 30/06/2013
Receita bruta de pedágio	123.367	60.584	112.960	56.098
Receitas acessórias	4.335	2.155	7.410	3.747
Receita de construção	171.363	110.542	24.524	9.578
Deduções da receita				
PIS Cumulativo - Receita de pedágio	(802)	(394)	(857)	(427)
COFINS Cumulativo - Receita de pedágio	(3.701)	(1.818)	(3.955)	(1.970)
ISS - Receita de pedágio	(6.259)	(3.075)	(5.881)	(2.925)
Abatimento - Receita de pedágio	(7)	(3)	(8)	(5)
PIS - Receita acessória	(72)	(36)	-	-
COFINS - Receita acessória	(329)	(163)	-	-
	<u>287.895</u>	<u>167.792</u>	<u>134.193</u>	<u>64.096</u>

15. CUSTO E DESPESAS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	01/01/2014 a 30/06/2014	01/04/2014 a 30/06/2014	01/01/2013 a 30/06/2013	01/04/2013 a 30/06/2013
Pessoal e encargos	(18.430)	(9.321)	(17.336)	(8.052)
Conservação e manutenção	(8.357)	(5.065)	(10.376)	(5.186)
Seguros e garantias	(890)	(466)	(754)	(361)
Serviços de terceiros	(8.103)	(3.999)	(7.884)	(4.043)
Veículos	(2.211)	(1.118)	(2.035)	(1.004)
Consultoria e assessoria	(1.843)	(1.043)	(893)	(404)
Aluguéis e impostos	(522)	(257)	(777)	(210)
Energia elétrica	(1.044)	(467)	(845)	(353)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD) / provisão para riscos	(880)	(471)	-	-
Intercompany	(4.654)	(2.589)	(3.570)	(1.880)
Provisão de manutenção (IFRS)	(12.573)	(4.441)	(8.350)	(3.040)
Outorga variável	(1.916)	(941)	(3.611)	(1.795)
Depreciação e amortização	(39.299)	(20.138)	(32.306)	(16.243)
Custo de construção	(169.666)	(109.447)	(24.279)	(9.484)
Outros	(5.109)	(2.773)	(5.260)	(2.374)
	<u>(275.497)</u>	<u>(162.536)</u>	<u>(118.276)</u>	<u>(54.429)</u>

	01/01/2014 a 30/06/2014	01/04/2014 a 30/06/2014	01/01/2013 a 30/06/2013	01/04/2013 a 30/06/2013
Custo de serviços prestados	(87.760)	(44.319)	(76.159)	(36.675)
Despesas gerais e administrativas	(18.071)	(8.770)	(17.838)	(8.270)
Custo de construção	(169.666)	(109.447)	(24.279)	(9.484)
	<u>(275.497)</u>	<u>(162.536)</u>	<u>(118.276)</u>	<u>(54.429)</u>

16. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	01/01/2014 a 30/06/2014	01/04/2014 a 30/06/2014	01/01/2013 a 30/06/2013	01/04/2013 a 30/06/2013
Receitas financeiras				
Receita de aplicação financeira	<u>11.560</u>	<u>5.804</u>	<u>12.136</u>	<u>6.415</u>
	11.560	5.804	12.136	6.415
Despesas financeiras				
Comissões e despesas bancárias	(301)	(157)	(883)	(607)
Juros sobre empréstimos	(28.431)	(14.810)	(21.525)	(10.811)
Juros sobre debentures	(25.180)	(12.835)	(24.111)	(11.629)
Variação monetária passiva	(40.566)	(18.983)	(29.829)	(11.291)
Outras	<u>(7)</u>	<u>(3)</u>	<u>(5)</u>	<u>(826)</u>
	<u>(94.485)</u>	<u>(46.788)</u>	<u>(76.353)</u>	<u>(35.164)</u>
	<u>(82.925)</u>	<u>(40.984)</u>	<u>(64.217)</u>	<u>(28.749)</u>

17. RESULTADO POR AÇÃO

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	01/01/2014 a 30/06/2014			01/04/2014 a 30/06/2014		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador básico						
Prejuízo líquido atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais	(30.802)	(30.801)	(61.603)	(19.313)	(19.313)	(38.626)
Denominado básico e diluído						
Média ponderada das ações (em milhares)	<u>513.485</u>	<u>513.485</u>	<u>1.026.970</u>	<u>513.485</u>	<u>513.485</u>	<u>1.026.970</u>
Prejuízo básico e diluído por ação (R\$)	<u>(0,0600)</u>	<u>(0,0600)</u>		<u>(0,0376)</u>	<u>(0,0376)</u>	
	01/01/2013 a 30/06/2013			01/04/2013 a 30/06/2013		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador básico						
Prejuízo líquido atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais	(16.002)	(16.001)	(32.003)	(63.365)	(6.365)	(12.730)
Denominado básico e diluído						
Média ponderada das ações (em milhares)	<u>513.485</u>	<u>513.485</u>	<u>1.026.970</u>	<u>513.485</u>	<u>513.485</u>	<u>1.026.970</u>
Prejuízo básico e diluído por ação (R\$)	<u>(0,0312)</u>	<u>(0,0312)</u>		<u>(0,0124)</u>	<u>(0,124)</u>	-

A Companhia não possui instrumentos diluidores no exercício findo em 30 de junho de 2014 e 2013, não havendo diferença entre o cálculo do lucro por ação básico e diluído.

18. COMPROMISSOS COM A CONCESSÃO

O prazo da concessão da Companhia e as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão celebrado com a Agência de Transportes do Estado de São Paulo - ARTESP têm seu término previsto para o ano de 2039.

Com a assinatura do Termo de Contrato de Concessão Rodoviário nº 002/ARTESP/2009, relacionado ao Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008, a Companhia assumiu os seguintes compromissos:

a) Investimentos

Os principais investimentos decorrentes da concessão são:

- i) Duplicação de rodovia e implantação de retornos em nível e desnível.
- ii) Construção de postos de pesagem (fixos e móveis) e postos de serviços de atendimento aos usuários.
- iii) Construção de nove praças de pedágio e demolição de duas praças de pedágios preexistentes.
- iv) Implantação e melhoria de acessos, trevos, alças, passarelas para travessia de pedestre, dispositivos de entroncamentos e readequação de intersecções.

b) Outorga fixa e variável

Pagamento pelo direito de exploração do sistema rodoviário, dos seguintes montantes:

I. *Outorga fixa*

Valor fixo de R\$634.000 a favor do Departamento de Estradas de Rodagem - DER/SP que foi liquidada integralmente em 16 de setembro de 2010.

II. *Outorga variável*

Percentual de 3% aplicado sobre a receita bruta de pedágio e das receitas acessórias efetivamente obtidas pela Companhia, a ser pago mensalmente.

Conforme deliberação do Conselho Diretor da ARTESP, o percentual de outorga variável sobre a receita bruta foi reduzido para 1,5%, a partir do mês de novembro de 2013, por prazo indeterminado.

O compromisso com outorga variável a pagar, em 30 de junho de 2014, era de R\$300 (R\$349 em 2013).

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2014, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$1.916 (R\$3.611 em 2013) referente à outorga variável.

c) Garantias

A Companhia utiliza-se da contratação de seguro-garantia para o cumprimento das seguintes garantias contratuais:

1. Garantia de cumprimento das funções de ampliação correspondente a 1,5% do valor da contratação, limitado a 10% do valor do investimento. Esta garantia será liberada na proporção do cumprimento das funções de ampliação, limite máximo de indenização será de R\$82.416. Vigência mínima de 12 meses.
2. Garantia de cumprimento das funções operacionais, de conservação e de pagamento do valor mensal variável, no limite máximo de indenização de R\$114.434. Vigência de 12 meses.

d) Recursos financeiros

A Companhia iniciou suas operações em 17 de março de 2009. Os recursos financeiros necessários para o cumprimento dos investimentos e do pagamento da outorga serão obtidos através de aporte de capital pela acionista e captação no mercado de capitais.

19. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia mantém seguro-garantia, seguro contra danos materiais, perda de receita e responsabilidade civil, que foram contratados seguindo as orientações da Agência Reguladora de Transportes do Estado de São Paulo - ARTESP e obrigações previstas no Contrato de Concessão, conforme demonstrado a seguir:

<u>Modalidade</u>	<u>Limite máximo de indenização</u>	<u>Vigência</u>	<u>Seguradora</u>	<u>Objeto</u>
Garantia ampliações	R\$82.416	16/03/2014 a 16/03/2015	Austral Seguradora	(a)
Garantia funções oper.	R\$114.434	16/03/2014 a 16/03/2015	Austral Seguradora	(b)
Responsabilidade civil	R\$50.000	01/08/2013 a 01/08/2014	Tóquio Marine	(c)
Riscos operacionais	R\$200.000	01/08/2013 a 01/08/2014	Tóquio Marine	(d)

- a) Garantir o cumprimento das funções de ampliação a que se refere o item 29.1 do Contrato de Concessão do Sistema Rodoviário pela malha rodoviária estadual do Corredor Raposo Tavares, correspondente ao lote 16 do Programa de Concessões Rodoviária do Estado de São Paulo, Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008.
- b) Garantia de cumprimento das funções operacionais, de conservação e de pagamento do valor mensal variável a que se refere o item 29.1.a do Contrato de Concessão do Sistema Rodoviário constituído pela malha rodoviária estadual do corredor Raposo Tavares, correspondente ao Lote 16 do Programa de Concessão Rodoviárias do Estado de São Paulo, Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008.
- c) Danos causados a terceiros decorrente da administração de bem público representado pelo sistema do complexo rodoviário denominado como lote 16 integrante do programa de concessões rodoviárias do Estado de São Paulo que compreende trechos das rodovias SP-225, SP-327 e SP-270. Com seus respectivos acessos, bem como todas as benfeitorias.
- d) O presente seguro de riscos operacionais tem por objeto garantir, em cada acidente, os prejuízos que o segurado venha a sofrer pertinentes a cada cobertura contratada e expressamente identificadas na apólice, pela ocorrência dos riscos descritos e particularizados nas condições gerais, condições especiais e/ou particulares, observado os limites máximos de indenização fixados para cada cobertura e as disposições legais e demais condições contratuais aplicáveis.

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E CONCENTRAÇÃO DE RISCO

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 30 de junho de 2014 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, créditos a receber, empréstimos e financiamentos, debêntures e fornecedores.

Nos termos da Deliberação CVM nº 550 de 17 de outubro de 2008, a Administração da Companhia informa que os fatores de risco a que está exposta são:

a) Considerações gerais

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos e debêntures, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

b) Gerenciamentos de riscos

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

c) Exposição a riscos de taxas de juros

O principal fator de risco de mercado que pode afetar os negócios da Companhia é a taxa de juros. Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos e debêntures captados no mercado. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer *hedge* contra este risco. Porém, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A Companhia está exposta ao risco de que uma variação de taxas de juros cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida em moeda nacional está sujeita a variação da TJLP, CDI e IPCA.

d) Análise de sensibilidade

As avaliações da sensibilidade dos instrumentos financeiros às variáveis que apresentam risco de oscilação são apresentadas abaixo:

Seleção dos cenários

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia apresenta na análise de sensibilidade em três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia com 25% e 50% de deterioração de cada índice.

As taxas consideradas foram:

Indicador	Cenário I	Cenário II	Cenário III
	Provável	Adverso possível	Adverso extremo
CDI	10,80%	7,91%	5,28%
TJLP	5%	6,25%	7,50%
IPCA	6,15%	7,69%	9,23%

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de juros a incorrer dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de cada um deles, é apresentada na tabela abaixo:

<u>Empresa</u>	<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário A</u>	<u>Cenário B</u>
CART	Debêntures	IPCA + 5,80%	52.640	59.689	66.734
CART	Debêntures	IPCA + 6,05%	52.298	59.176	66.050
CART	BNDES	TJLP	40.095	42.232	44.374
CART	BNDES	IPCA	9.803	10.035	10.266
CART	Caixa equivalente	Baixa taxa DI	13.380	10.056	6.727
CART	Aplicação financeira	Baixa taxa DI	8.562	6.439	4.311

No quadro acima, são considerados três cenários sobre os passivos financeiros relevantes, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia.

O montante equivalente a 100% dos empréstimos e financiamentos e debêntures da Companhia estão sujeitos à remuneração pela variação acumulada da taxa de juros da TJLP e IPCA, e o equivalente de caixa e aplicação financeira sujeita a CDI.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia.

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

e) Exposição a riscos de crédito

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras consideradas pela administração, como de primeira linha.

Em 30 de junho de 2014, a Companhia apresenta valores a receber de R\$12.091 sendo que os valores a receber da CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A representam 92,7% deste, ou seja, R\$11.208, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Contas a receber”. Por ser a CGMP controlada pelo próprio setor de rodovias, a administração da Companhia caracteriza como improvável o risco de crédito oriundo destes valores a receber por considerá-los mitigados entre as concessionárias do setor rodoviário.

f) Derivativos

A Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros instrumentos especulativos durante o período compreendido entre 1º de janeiro a 30 de junho de 2014.

g) Valores de mercado

Em 30 de junho de 2014, os valores de mercado das contas a receber e a pagar aproximam-se dos valores registrados nas demonstrações trimestrais, devido à sua natureza de curto prazo.

Quanto aos empréstimos e financiamentos e debêntures, os respectivos valores de mercado se aproximam substancialmente dos valores registrados nas demonstrações financeiras devido ao fato de que esses instrumentos financeiros estão sujeitos a taxas de juros variáveis de mercado. A companhia também possui empréstimos e financiamentos sujeitos a atualização de alíquotas fixas.

h) Exposição a risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente.

O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários e debêntures.

i) Gestão de capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital capaz de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

	<u>30/06/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Empréstimos e financiamentos	831.636	638.503
Debêntures	800.034	742.707
Caixa e equivalentes de caixa	(139.655)	(117.949)
Aplicações financeiras	<u>(91.569)</u>	<u>(55.850)</u>
Dívida líquida	1.400.446	1.207.411
Patrimônio líquido	<u>436.517</u>	<u>511.387</u>
Patrimônio líquido e dívida líquida	<u>1.836.963</u>	<u>1.718.798</u>

21. PROVISÃO DE MANUTENÇÃO

A Companhia constitui provisão para grandes manutenções, quando aplicável. Tal provisão tem o objetivo de mensurar adequadamente o passivo com a melhor estimativa do gasto necessário para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A partir de janeiro de 2014 a companhia passou a constituir também provisões para recuperação das estradas vicinais. O marco para assunção do compromisso de recuperação e manutenção das estradas vicinais foi a celebração dos convênios com os municípios, que ocorreram ao longo de 2013.

A composição dos saldos da provisão para manutenção em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013 são:

	<u>30/06/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Provisão de manutenção	46.018	33.444

22. TRANSAÇÃO NÃO CAIXA

A Companhia teve as seguintes transações não caixa no período que foram excluídas do fluxo de caixa:

	<u>30/06/2014</u>	<u>30/06/2013</u>
Aquisição de imobilizado e intangível ainda não liquidada financeiramente (Fornecedores)	1.684	232
Encargos financeiros sobre empréstimos, financiamentos e mútuos lançados a resultado e ainda não pagos	16.062	28.694
Rendimentos de aplicação financeira	<u>11.560</u>	<u>12.136</u>
Total de transações não caixa	<u>29.306</u>	<u>41.062</u>

23. OUTROS ASSUNTOS

Em 11 de novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória nº 627/13 (MP), que revoga o RTT e traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77, que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta MP, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iii) inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos; (iv) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e (v) inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Em 14 de maio de 2014, foi publicada no Diário Oficial da União a conversão da MP na Lei nº 12.973. Sancionada pelo Executivo Federal, a norma mantém os preceitos tributários existentes na MP 627, principalmente no que diz respeito à adoção antecipada da extinção do RTT ainda em 2014, que permanece como opcional, porém sem qualquer vinculação a eventos passados de distribuição de lucros, avaliação de investimentos pelo método da equivalência patrimonial e juros sobre capital próprio, não existindo, desta forma, efeitos tributários para aqueles que não aderirem à opção apresentada. A Companhia está avaliando os impactos desta lei a fim de decidir sobre a adoção antecipada em 2014.

24. EVENTO SUBSEQUENTE

De acordo com a deliberação publicada em Diário Oficial do estado de São Paulo de 28 de junho de 2014, através da Agência de Transportes Delegados do Estado de São Paulo (ARTESP), foi autorizado o reajuste de 5,98% as tarifas de pedágio para as rodovias administradas pela CART, a partir de 1º de julho de 2014.
